

IMBEL-INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

Aviso de Contratação 135/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
135/2026	168003-IMBEL-INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	HUGO LEONARDO MATOS ALBUQUERQUE	08/10/2026 15:07 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		65251.003280/2026-49

Preâmbulo



TERMO DE JUSTIFICATIVA E RATIFICAÇÃO

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA POR INTERMÉDIO DO COMANDO DO EXÉRCITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO (SEM DISPUTA)

Torna-se público, que a INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 01/2026, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.444.232/0001-39, com SEDE e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco "H", 3º Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901, realizará contratação por Dispensa de Licitação, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

1. Empresa Contratada

ASA CÓPIAS COPIADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.593.933/0001-65, localizada no SCLRN 715 Bloco "D" Loja 15, W3 Norte – Brasília – DF, CEP: 70.770-704, doravante designada contratada.

2. Objeto

O objeto do presente instrumento está detalhado na tabela a seguir:

ORD	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD
1	Pasta em L - Largura - 47 cm (23,5cm + 23,5cm), Altura - 33 cm, 0,5cm sangria	355567	UND	200

- 2.1. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.2.1. DFD Nº 1054/2026–(DVMKT);
- 2.2.2. A Proposta da contratada;
- 2.2.3. O Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente (Nota de Empenho); e
- 2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. Justificativa da Contratação

- 3.1. A aquisição de Pastas em L visa atender às necessidades comerciais e institucionais da IMBEL, mediante a disponibilização de materiais destinados ao acondicionamento e à organização de documentos e materiais de divulgação da Empresa. As pastas serão utilizadas em eventos, reuniões, feiras, visitas e demais atividades de relacionamento institucional e comercial, contribuindo para a adequada apresentação dos materiais disponibilizados e para o fortalecimento da imagem institucional da IMBEL.
- 3.2. A aquisição justifica-se pela necessidade de dispor de materiais que possibilitem o acondicionamento, a organização e a apresentação de folders, panfletos, catálogos e demais materiais informativos e promocionais utilizados nas ações comerciais e institucionais da Empresa. A utilização das Pastas em L permitirá reunir e proteger esses materiais, facilitando seu manuseio, transporte e distribuição aos diferentes públicos de interesse.
- 3.3. A disponibilização desses materiais contribuirá para a padronização e a organização das ações de divulgação e relacionamento da IMBEL, proporcionando maior praticidade na distribuição de informações sobre seus produtos, serviços e atividades. Dessa forma, a aquisição apoiará as iniciativas de promoção da marca e de fortalecimento do relacionamento com clientes, parceiros, autoridades, representantes de instituições e demais públicos de interesse, favorecendo a apresentação organizada e profissional dos materiais institucionais e comerciais da Empresa.

4. Fundamentação da Dispensa

- 4.1. A contratação direta para aquisição das Pastas em L fundamenta-se no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e no dispositivo correspondente do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, que estabelece a possibilidade de dispensa de licitação para compras de pequeno valor, desde que respeitado o limite aplicável e que a contratação não se refira a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. Ressalta-se que o limite de R\$ 65.492,11, atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, refere-se à Lei nº 14.133/2021 e não se aplica automaticamente às empresas estatais regidas pela Lei nº 13.303/2016.
- 4.2. A contratação direta justifica-se pela natureza e pelo valor estimado da aquisição, considerando a finalidade de atender às ações comerciais e institucionais da IMBEL, especialmente no acondicionamento e na organização de

folders, panfletos, catálogos e demais materiais de divulgação. A adoção desse procedimento deverá observar os princípios da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, bem como os requisitos previstos na regulamentação interna da Empresa.

4.3. A viabilidade da contratação por dispensa de licitação está condicionada à comprovação de que o valor estimado se encontra dentro do limite aplicável à IMBEL, observada a vedação ao fracionamento indevido da despesa. A vantajosidade deverá ser demonstrada por meio de pesquisa de preços, conforme o art. 35, inciso VI, do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, de modo a verificar a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado e fundamentar a escolha da proposta mais vantajosa.

4.4. Dessa forma, a contratação direta para aquisição das Pastas em L poderá ser realizada com fundamento no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 32, inciso II, e o art. 35, § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, desde que atendidos o limite de valor aplicável, a justificativa da necessidade, a comprovação da vantajosidade e os demais requisitos e procedimentos previstos na legislação e na regulamentação interna.

5. Justificativa da Escolha e Preço

5.1. O fornecedor foi escolhido após análise das propostas de preço e da documentação apresentada pelas empresas participantes. A empresa selecionada apresentou o menor preço global entre as propostas recebidas, tendo atendido, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos, especialmente quanto à regularidade documental, inscrição ativa no SICAF e comprovação de regularidade fiscal distrital. Dessa forma, a escolha da contratada observou os princípios da legalidade, isonomia, economicidade e interesse público, garantindo a contratação da proposta mais vantajosa dentre aquelas em conformidade com as exigências administrativas e legais aplicáveis.

5.2. Em atendimento ao previsto no art. 35, § 1º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, que disciplinam a instrução do processo de dispensa de licitação fundada em razão do valor, foram obtidas as propostas de preços, conforme abaixo:

ORD	DESCRIÇÃO	ASA CÓPIAS	COPIADORA EXATA	COPATT SOLUÇÕES
1	Pasta em L - Largura - 47 cm (23,5cm + 23,5cm), Altura - 33 cm, 0,5cm sangria	R\$ 1.990,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.596,00

5.3. A proposta vencedora foi a empresa **ASA CÓPIAS**.

5.4. No preço cotado estão inclusos todos os custos de logística e impostos que os compõem, tais como as despesas com taxas, frete ou quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

5.5. O valor total da contratação será de R\$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais).

6. Critério de Seleção do Fornecedor

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, conforme o Inciso II do art. 29 da Lei 13.303/2016.

6.2 Regime de execução

6.2.1. O regime de execução do contrato será preço global.

6.3. Habilitação jurídica

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; e

6.3.2. Inscrição do CNPJ.

6.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.4.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.4.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e

6.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Distritais e Federais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.5. Qualificação Econômico-Financeira

6.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da CONTRATADA, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; e

6.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7. Sanções Administrativas

7.1. Cometer infração administrativa e passíveis de sanção, nos termos da Lei nº 13.303/16 e dos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, de 19 de julho de 2023, a CONTRATADA que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

7.1.9. recusa injustificada para assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar, por até 2 (dois) anos, registro no SICAF e no CEIS, de acordo com o preconizado no artigo 23 da Lei nº 12.846/13, em virtude do cometimento de infrações previstas nos itens 7.1.1 a 7.1.8.

III. Multa:

Compensatória de até 20% (vinte por cento), para as infrações descritas nos subitens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, do valor do Contrato.

Compensatória de até 10% (dez por cento), para as infrações descritas nos subitens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.9, do valor do Contrato.

Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do termo de contrato, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total do contrato.

Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de situação irregular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso na prestação dos serviços, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

Para as infrações previstas nos subitens 7.1.1 e 7.1.2, a aplicação da multa, limitada a até 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, poderá ser dispensada, desde que comprovada a existência de motivo justificável, inclusive em casos de força maior.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 13.303 de 2016, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo

com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8. Dotação Orçamentária

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2. Os recursos para a contratação do item supracitado estão previstos no orçamento para o ano de 2026 na seguinte configuração:

Natureza de despesa: **33.90.30**;

Programa de Trabalho: **171513**;

Plano Interno: **B1DAATSPPEV**.

9. Pagamento

9.1. O pagamento será realizado em parcela única após a prestação do serviço, em prazo não superior a trinta dias, contados a partir do recebimento e aceite da Nota Fiscal - NF pela IMBEL.

9.2. O aceite da NF pela IMBEL se configura com a conferência do objeto contratado, atestado por empregado, designado como Fiscal do Contrato.

10. Despacho do Responsável pela Contratação

10.1. Em face dos argumentos explanados, conclui-se que a contratação pode ser realizada de forma direta, por meio da Dispensa de Licitação, pois atende todos os requisitos e vai ao encontro da legislação vigente.

10.2. Em consequência:

a) Encaminhe-se ao Ordenador de Despesas da IMBEL/Sede para apreciação, reconhecimento e aprovação; e

b) Se aprovado, encaminhar ao Chefe da Unidade de Administração da IMBEL - UA/IMBEL, para ratificação.

11. Despacho da Autoridade Competente

11.1. Concordo com esta justificativa e aprovo este processo de contratação.

11.2. Encaminhe-se ao Senhor Chefe da Unidade de Administração para ratificação.

11.3. Se aprovado a ratificação emitir a Nota de Empenho, após consultar as certidões obrigatórias.

Brasília - DF, na data da assinatura.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUGO LEONARDO MATOS ALBUQUERQUE

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 06/10/2026 às 09:41:49.

Despacho: Ordenador de Despesa

ELIANO XAVIER COSTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/10/2026 às 15:07:17.